



Agrupamento de Escolas de Estremoz - 135574

Matrículas / Renovação de Matrículas na Educação Pré-Escolar e no 1.º ano, do 1.º ciclo do Ensino Básico 2026/2027

Informa-se toda a comunidade educativa que, de acordo com o Despacho n.º 4472-A/2026, de 6 de abril, e com o Despacho Normativo n.º 6/2018, de 12 de abril, alterado e republicado pelo Despacho Normativo n.º 7/2026, de 14 de abril, doravante Despacho Normativo, o período de matrículas/renovação de matrículas na Educação Pré-Escolar e no 1.º ano do Ensino Básico para o ano letivo 2026/2027 decorre entre o **dia 22 de abril e o dia 1 de junho de 2026**.

Pedido de renovação de matrícula

O pedido de renovação de matrícula no Pré-Escolar é **automático**, salvo quando se verificar:

- Mudança de estabelecimento de educação ou de ensino;
- Alteração de encarregado de educação.

Situações em que se aplica a renovação de matrícula na educação pré-escolar:

Na educação pré-escolar, a renovação de matrícula tem lugar nos anos escolares subsequentes ao da matrícula e cessa no ano escolar em que a criança atinja a idade de ingresso na escolaridade obrigatória, ou seja autorizada a ingressar no 1.º ano do 1.º ciclo do ensino básico, de acordo com o estipulado no n.º 2, art.º 8.º do Despacho Normativo;

Nota: A renovação automática de matrícula **não exclui a obrigação dos encarregados de educação** de manterem os seus dados pessoais atualizados junto do estabelecimento de educação ou de ensino.

O pedido de matrícula / renovação de matrícula (nas situações anteriormente referidas) é:

- **Apresentado preferencialmente via Internet**, no portal das matrículas (portaldasmatriculas.edu.gov.pt), com recurso a uma das seguintes formas de autenticação: cartão de cidadão, chave móvel digital ou credenciais de acesso ao Portal das Finanças;
- Atendimento presencial, na escola sede do Agrupamento (Escola Básica Sebastião da Gama), por marcação prévia, solicitada e confirmada via e-mail (ae.areadealunos@aeestremoz.drealentejo.pt).
- A matrícula de crianças, na educação pré-escolar, que completem 3 anos de idade entre 16 de setembro e 31 de dezembro, é aceite, a título condicional, dependendo a sua aceitação definitiva da existência de vaga nos grupos já constituídos, depois de aplicadas as prioridades definidas no art.º 10.º do Despacho Normativo, na sua redação atual, conforme estipulado no n.º 4 do art.º 5.º, da legislação anteriormente referida;
- No ato da matrícula, o encarregado de educação deve indicar cinco estabelecimentos de ensino por ordem de preferência, de acordo com o n.º 3 do art.º 7.º do Despacho Normativo;
- A frequência da educação pré-escolar está sujeita à existência de vaga, sendo a seriação efetuada de acordo com o estipulado no art.º 10.º do Despacho Normativo;

1.º Ano de Escolaridade - 1.º Ciclo do Ensino Básico:

- a) A matrícula no 1.º Ano de Escolaridade do 1.º Ciclo do Ensino Básico é obrigatória para as crianças que completem 6 anos de idade até 15 de setembro, de acordo com o estipulado no n.º 6 do art.º 5.º do Despacho Normativo;
- b) As crianças que completem os 6 anos de idade entre 16 de setembro e 31 de dezembro podem ingressar no 1.º ano, do 1.º ciclo do ensino básico, se tal for requerido pelo encarregado de educação, dependendo a sua aceitação definitiva, da existência de vaga nas turmas já constituídas, depois de aplicadas as prioridades definidas no n.º 1 do art.º 11.º do Despacho Normativo;

Documentos Necessários para a Matrícula:

- Uma fotografia tipo passe (atualizada);
- Número de Identificação Fiscal (NIF) da criança/aluno;
- Número de utente do Serviço Nacional de Saúde (SNS) da criança/aluno;
- Número de cartão de utente de saúde/beneficiário, a identificação da entidade e o número relativo ao subsistema de saúde, se aplicável;
- Número de Identificação da Segurança Social (NISS) das crianças e alunos beneficiários da prestação social de abono de família que seja pago pela segurança social;
- Comprovativos da composição do agregado familiar e morada fiscal **validados pela Autoridade Tributária**;
- Comprovativo do escalão de abono de família da Segurança Social, em caso de não ter acionado/permitido esta recolha automática no portal das matrículas;
- Declaração da entidade patronal do E.E. caso a atividade profissional se desenrole na área de influência do estabelecimento escolar pretendido;
- No caso do encarregado de educação não ser nenhum dos progenitores do menor é obrigatório a entrega da declaração de delegação de competências para exercício da função de Encarregado de Educação, onde esteja explícito a quem é atribuída a delegação desse poder, salvo decisão judicial.

NOTAS:

Os documentos solicitados deverão ser anexados à Matrícula Eletrónica, no separador próprio para o efeito.

A leitura deste aviso não dispensa a leitura e consulta do Despacho n.º 4472-A/2026, de 6 de abril, e do Despacho Normativo n.º 6/2018, de 12 de abril, alterado e republicado pelo Despacho Normativo n.º 7/2026, de 14 de abril.

Estremoz, 16 de abril de 2026

A Diretora